



**Ministério da Economia**  
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



**Processo nº** 10925.901602/2010-98  
**Recurso** Voluntário  
**Resolução nº** **1401-000.936 – 1ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**  
**Sessão de** 15 de março de 2023  
**Assunto** IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA (IRPJ)  
**Recorrente** CAMPOS NOVOS ENERGIA S.A.  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Resolvem os membros do colegiado, por maioria de votos, converter o julgamento em diligência nos termos do voto condutor. Vencido o Conselheiro Itamar Artur Magalhães Alves Ruga. Este julgamento seguiu a sistemática dos recursos repetitivos, sendo-lhe aplicado o decidido na Resolução nº 1401-000.935, de 15 de março de 2023, prolatada no julgamento do processo 10925.901601/2010-43, paradigma ao qual o presente processo foi vinculado.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente Redator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Claudio de Andrade Camerano, Daniel Ribeiro Silva, Carlos André Soares Nogueira, André Severo Chaves, Itamar Artur Magalhaes Alves Ruga, André Luis Ulrich Pinto, Lucas Issa Halah e Luiz Augusto de Souza Goncalves (Presidente).

## **Relatório**

O presente julgamento submete-se à sistemática dos recursos repetitivos prevista no art. 47, §§ 1º, 2º e 3º, Anexo II, do Regimento Interno do CARF (RICARF), aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015. Dessa forma, adota-se neste relatório substancialmente o relatado na resolução paradigma.

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra a Decisão da DRJ que julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela ora recorrente.

A interessada apresentou manifestação de inconformidade contra a não homologação de compensação, cujo crédito seria originário de saldo negativo de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) do ano-calendário 2005.

A compensação não foi homologada porque não foram confirmadas as retenções na fonte informadas pela contribuinte no PER/Dcomp.

Fl. 2 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10925.901602/2010-98

A contribuinte alega, em síntese, que os valores declarados de IRPJ estariam corretos, que é detentora do saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2005 informado no PER/Dcomp e informa ter apresentado DIPJ retificadora para fazer constar as retenções na ficha 53 - Demonstrativo do IRRF, que não teria sido devidamente preenchida na DIPJ original. Juntou comprovantes de rendimentos.

O litígio deste processo corresponde à compensação formalizada no PER/Dcomp 22346.82389.130808.1.7.02-1582, cujo crédito equivale a R\$ 1.654.419,11.

Do Recurso Voluntário, tem-se, em síntese:

### *DOS FATOS E DA DECISÃO RECORRIDA*

A Recorrente é sociedade por ações de capital fechado e, conforme se depreende do artigo 3º do seu Estatuto Social, tem por objeto social, precipuamente, a construção, operação e exploração, mediante a concessão de uso de bem público, da Usina Hidrelétrica Campos Novos, bem como do respectivo Sistema de Transmissão associado.

De forma mais objetiva, a Recorrente é concessionária de geração de energia elétrica, responsável pela operação, manutenção e administração da Usina Hidrelétrica Campos Novos.

A Usina está situada entre Campos Novos e Celso Ramos, distante 390 km de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. O reservatório está no leito do Rio Canoas e abrange os municípios de Abdon Batista, Anita Garibaldi, Campos Novos e Celso Ramos.

O empreendimento demandou investimentos de cerca de R\$ 1,5 bilhão de reais por parte da Recorrente, um dos maiores investimentos aplicados integralmente no território catarinense. A Usina Hidrelétrica conta com três turbinas de tipo Francis, tendo potência instalada de 880 MW.

A construção da Usina teve início no primeiro semestre de 2001 e, devido a imprevistos na conclusão do sistema de fechamento do túnel de desvio, **o início das operações somente ocorreu em 03 de fevereiro de 2007.**

Durante sua fase pré-operacional, isto é, no período anterior a 03 de fevereiro de 2007, a Recorrente apurou Saldo Negativo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) relativo ao ano calendário 2005, exercício 2006, no valor de R\$ 1.654.419,11 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e onze centavos), conforme informado em sua DIPJ 2006 (doc. 04), conforme informado em sua DIPJ 2006 (doc. 04).

Tratando-se de crédito tributário passível de compensação, a Recorrente apresentou o PER/DCOMP n.º 22346.82389.130808.1.7.02-1582, utilizando o mencionado crédito de saldo negativo de IRPJ para liquidar débitos de IRPJ e CSLL do ano calendário 2008.

Ato contínuo, a Receita Federal do Brasil (RFB) proferiu o r. Despacho Decisório por meio do qual não reconheceu o direito creditório pleiteado pela Recorrente e, por consequência, não homologou a compensação pretendida.

(...)

De acordo com o referido despacho decisório, o saldo negativo não teria sido confirmado em razão da falta de comprovação das retenções na fonte informados no PER/DCOMP, veja-se:

Fl. 3 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo nº 10925.901602/2010-98

(...)

Diante do evidente equívoco do despacho decisório, a Recorrente, tempestivamente, ofereceu Manifestação de Inconformidade esclarecendo que o saldo negativo de IRPJ apurado e declarado está correto, razão pela qual o despacho decisório recorrido decorreria, provavelmente, de mero equívoco no preenchimento da Ficha 12A (doc. 04 acima). Nessa mesma oportunidade, a Recorrente informou que providenciou a entrega da DIPJ 2006 retificadora, para corrigir as informações constantes da mencionada ficha (doc. 05).

Em sessão [...], a C. 5ª Turma da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Porto Alegre julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade, para não reconhecer o direito creditório no valor de R\$ 1.654.419,11 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e onze centavos), conforme informado em sua DIPJ 2006 (doc. 04) [...]

As premissas que fundamentam o acórdão [...] podem ser assim sintetizadas:

*(i) a possibilidade de dedução do IRRF no cálculo do IRPJ está condicionada à inclusão da receita correspondente na base de cálculo do imposto, nos termos do art. 231 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR/99);*

*(ii) na DIPJ retificadora não há informação de oferecimento das receitas financeiras, que ocasionaram as retenções de imposto de renda, à tributação.*

Todavia, V. Sas., o acórdão em questão se equivoca ao ignorar que a Recorrente se encontrava em fase pré-operacional no ano calendário de 2005, razão pela qual as receitas não foram oferecidas à tributação naquele período, o que, todavia, não impedia a utilização das retenções de imposto de renda para formação do saldo negativo e, conseqüentemente, utilização deste crédito para fins de compensação tributária.

Logo, não podendo se conformar com o indeferimento do seu direito creditório, a Recorrente interpõe o presente Recurso Voluntário, esperando e confiando que este E. CARF acolherá os sólidos fundamentos adiante expostos que conduzem à homologação integral da compensação levada a efeito, conforme se passa a pormenorizadamente evidenciar.

### *III – DO DIREITO: DO DIREITO CREDITÓRIO DA RECORRENTE*

Como dito acima, a Recorrente estava em fase pré-operacional no ano calendário de 2005, tendo em vista que a construção da Usina Hidrelétrica de Campos Novos teve início no primeiro semestre de 2001 e conclusão em 2007, com o efetivo início das operações em 03 de fevereiro de 2007.

O artigo 179, inciso V, da Lei nº 6.404/19762, vigente à época dos fatos, determinava que as despesas pré-operacionais deveriam ser registradas na conta do Ativo Diferido, para posterior amortização e lançamento ao resultado na determinação do lucro após o início das operações.

Nas despesas pré-operacionais estão incluídas todas as despesas financeiras e administrativas, inclusive as remunerações dos administradores, salários dos empregados, tributos etc.

Especificamente no tocante às despesas e receitas financeiras apuradas no período pré-operacional, a pessoa jurídica deveria apurar o saldo conjunto delas. Caso devedor, o saldo deveria ser acrescido ao saldo da conta de gastos a amortizar do Ativo Diferido.

Fl. 4 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo nº 10925.901602/2010-98

Se credor, ele deveria ser diminuído do total das despesas pré-operacionais incorridas no próprio período-base.

Em obediência à legislação de regência, a Recorrente registrou o saldo das despesas e receitas financeiras na conta do Ativo Diferido, para futura amortização na determinação do lucro quando iniciada a fase operacional (no caso, o funcionamento da Usina).

O mencionado tratamento contábil aplicado à fase pré-operacional, por outro lado, não impede a apuração do Saldo Negativo do IRPJ decorrente da retenção na fonte desse tributo sobre as receitas financeiras absorvidas pelas despesas pré-operacionais.

E foi exatamente dessa forma que a Recorrente procedeu.

No ano calendário de 2005, a Recorrente apurou Saldo Negativo de IRPJ no valor de R\$ 1.654.419,11 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e onze centavos), conforme informado em sua DIPJ 2006 (doc. 04) em decorrência da retenção na fonte desse tributo sobre as receitas financeiras absorvidas pelas despesas pré-operacionais na conta do Ativo Diferido.

As receitas e despesas financeiras foram classificadas no Ativo Diferido pela Recorrente, para serem levadas a resultado via amortização após o começo das operações, **como se pode observar nas Demonstrações Financeiras e os balancetes de 31.12.2005 e 31.12.2007 (doc. 07).**

Ignorando completamente a realidade pré-operacional da Recorrente, a C. 5ª Turma da Delegacia de Julgamento em Porto Alegre julgou improcedente a Manifestação de Inconformidade, não reconhecendo o direito creditório pleiteado sob o argumento de que a possibilidade de dedução do IRRF no cálculo do IRPJ estaria condicionada à inclusão da receita correspondente na base de cálculo do imposto. Se não, veja-se a transcrição de parte do v. acórdão:

*“A DIPJ registra um saldo negativo de IRPJ do ano-calendário 2005 de R\$ 1.654.419,11, composto, exclusivamente, por retenções na fonte.*

*A possibilidade de dedução do IRRF no cálculo do IRPJ está condicionada à inclusão da receita correspondente na base de cálculo do imposto. É o que prevê o art. 231 do RIR/99:*

*‘Art. 231. Para efeito de determinação do saldo de imposto a pagar ou a ser compensado, a pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido o valor (Lei nº 9.430, de 1996, art. 2º, § 4º):*

*[...]*

*III- do imposto pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;’*

*(...)*

*As retenções na fonte referem-se a receitas financeiras e a DIPJ retificadora não registra oferecimento à tributação de nenhuma receita financeira.*

*(...)*

*Portanto, se a manifestante não ofereceu à tributação as receitas recebidas pelas fontes pagadoras, não poderia esperar que as retenções realizadas compusessem o saldo negativo apontado no PER/Dcomp.” (não grifado no original)*

Fl. 5 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10925.901602/2010-98

Inicialmente, é de rigor registrar que o quantum das retenções nunca foi questionado, de modo que a sua existência configura fato incontroverso nestes autos.

Na realidade, a C. 5ª Turma da Delegacia de Julgamento em Porto Alegre não reconheceu o direito creditório, porque a Recorrente não ofereceu as receitas financeiras percebidas à tributação, cujas retenções geraram o Saldo Negativo do IRPJ, o que configuraria condição sine qua non para o aproveitamento deste saldo.

Quer parecer a Recorrente que a C. 5ª Turma da Delegacia de Julgamento em Porto Alegre **não se atentou ao fato de que ela estava em fase pré-operacional no ano calendário que originou o Saldo Negativo de IRPJ**. Assim, adotada essa premissa (fase pré-operacional), a necessidade de reforma do mencionado v. acórdão mostra-se latente.

Mesmo que o referido v. acórdão tivesse considerado a situação pré-operacional da Recorrente, o que não fica evidente em nenhuma passagem, ainda assim melhor sorte não merece.

Como explicado linhas acima, as receitas financeiras percebidas durante o período pré-operacional não devem ser oferecidas à tributação, devendo ser efetuado o contraste das receitas e despesas financeiras e o registro do saldo na conta do Ativo Diferido, para posterior amortização na determinação do lucro quando iniciada a operação.

Isso porque, na fase pré-operacional, a pessoa jurídica não apura resultado, o que afasta qualquer possibilidade de tributação das receitas financeiras, sob pena de violação da regra matriz do imposto de renda e o princípio constitucional da capacidade contributiva.

As receitas financeiras obtidas na fase pré-operacional, portanto, devem ser classificadas no Ativo Diferido como conta redutora das despesas pré-operacionais, sendo levada a resultado por meio da amortização a partir do início das operações.

Esse é o entendimento disseminado na Solução de Divergência n.º 32, de 21 de Julho de 2008, *in verbis*:

*“(...) As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real devem registrar no ativo diferido o saldo líquido negativo entre receitas e despesas financeiras, quando provenientes de recursos classificáveis no referido subgrupo. Sendo positiva, tal diferença diminuirá o total das despesas pré-operacionais registradas. O eventual excesso remanescente deverá compor o lucro líquido do exercício. (Gedoc n.º 7925/2007)”*

Assim, não restam dúvidas de que as receitas financeiras percebidas pela Recorrente durante a fase pré-operacional não deveriam ser oferecidas à tributação do IRPJ no próprio período base, na medida em que devem ser lançadas como deduções de despesas financeiras escrituradas no Ativo Diferido para futura amortização na determinação do lucro quando iniciada as operações.

O não oferecimento das receitas financeiras à tributação, por outro lado, não impede a apuração do Saldo Negativo de IRPJ decorrente da retenção na fonte desse tributo sobre aquelas receitas.

Essa é a mesma conclusão adotada pela Solução de Consulta n.º 73, de 11 de dezembro de 2008, *in verbis*:

*“Reforma da Solução de Consulta SRRF04/Disit n.º 84, de 2006. As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real devem registrar, no ativo diferido, o saldo líquido negativo entre receitas e despesas financeiras, quando provenientes de recursos classificáveis no referido subgrupo. Sendo positiva, tal diferença diminuirá o total das*

Fl. 6 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo nº 10925.901602/2010-98

*despesas pré-operacionais registradas. O eventual excesso remanescente deverá compor o lucro líquido. Na existência de saldo negativo de IRPJ decorrente da retenção na fonte desse tributo sobre as receitas financeiras absorvidas pelas despesas pré-operacionais, tal valor poderá ser objeto de restituição ou compensação com outros tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, na forma da legislação pertinente.”(não grifado no original).*

Como não poderia deixar de ser, este E. CARF já proferiu diversas decisões autorizando o reconhecimento do Saldo Negativo de IRPJ nessa hipótese. Veja-se:

“ASSUNTO: *NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

Ano-calendário: 2002

*FASE PRÉ-OPERACIONAL. RECEITAS FINANCEIRAS. SALDO NEGATIVO DE IRPJ DECORRENTE DAS RETENÇÕES NA FONTE.*

*No caso de empresa em fase de pré-operação, o saldo líquido das receitas e despesas financeiras, quando derivadas de ativos utilizados ou mantidos para emprego no empreendimento em andamento, deve ser registrado no ativo diferido. Esse valor, se credor, deverá ser diminuído do total das despesas pré-operacionais incorridas no período de apuração. Eventual excesso de saldo credor deverá compor o lucro líquido do exercício em questão. Na existência de saldo negativo de IRPJ decorrente da retenção na fonte desse tributo sobre as receitas financeiras comprovadamente absorvidas pelas despesas pré-operacionais, esse valor poderá ser objeto de restituição ou compensação com outros tributos ou contribuições administrados pela RFB.”<sup>3</sup> (não grifado no original)*

\*\*\*\*

“ASSUNTO: *IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ*

Ano-calendário: 2008

*RESTITUIÇÃO – SALDO NEGATIVO DO IMPOSTO DE RENDA.*

*RECEITAS FINANCEIRAS. FASE PRÉ-OPERACIONAL.*

*As receitas financeiras originárias de empreendimentos em fase pré-operacional são classificadas no ativo diferido, sendo deduzidas das despesas financeiras diferidas. Havendo saldo positivo, este é diminuído das demais despesas pré-operacionais diferidas. Permanecendo saldo positivo, o valor é oferecido à tributação. Na situação dos autos, sendo as despesas financeiras maiores que as receitas financeiras, e tendo sido declaradas no ativo diferido, na existência de saldo negativo de IRPJ, apurado em decorrência do IRRF incidente sobre aplicações financeiras, esse valor poderá ser objeto de restituição ou compensação com outros tributos ou contribuições administrados pela RFB.”<sup>4</sup> (não grifado no original).*

“Assunto: *Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ*

Ano-calendário: 2001, 2002

Ementa:

*COMPENSAÇÃO – SALDO NEGATIVO DO IMPOSTO DE RENDA –*

*RECEITAS FINANCEIRAS – FASE PRÉ-OPERACIONAL.*

*As despesas financeiras relativas a financiamentos obtidos para construção de bens do ativo imobilizado devem ser ativadas no imobilizado, para serem reconhecidas como*

Fl. 7 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo nº 10925.901602/2010-98

*despesa por depreciação desses bens. As receitas financeiras, à guisa de reduzir ou limitar o impacto dos encargos financeiros, são vinculadas ao imobilizado em construção e são registráveis como redutora do imobilizado. Se não fossem classificáveis como redutora do imobilizado, as receitas seriam classificáveis como redutora do ativo diferido, por serem auferidas durante a fase pré-operacional. Tanto as despesas financeiras como as receitas financeiras não são apropriáveis em conta de resultado nos anos-calendário de 2001 e 2002, não havendo lucro real nesses períodos, de construção de bens do imobilizado e de fase pré-operacional, de molde que o IRRF sobre as receitas financeiras se convola em saldo negativo de IRPJ de 2001 e 2002.”*

*(não grifado no original)*

*“Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ*

*Ano-calendário: 2001*

*Ementa: RESTITUIÇÃO – SALDO NEGATIVO DO IMPOSTO DE RENDA*

*– RECEITAS FINANCEIRAS – FASE PRÉ-OPERACIONAL.*

*As receitas financeiras originárias de empreendimentos em fase de pré-operacional são classificadas no ativo diferido, sendo deduzidas das despesas financeiras diferidas. Havendo saldo positivo, este é diminuído das demais despesas pré-operacionais diferidas. Permanecendo saldo positivo, o valor é oferecido à tributação. Na situação dos autos, sendo as despesas financeiras maiores que as receitas financeiras, e tendo sido declaradas no ativo diferido, na existência de saldo negativo de IRPJ, apurado em decorrência do IRRF incidente sobre aplicações financeiras, esse valor poderá ser objeto de restituição ou compensação com outros tributos ou contribuições administrados pela RFB.”<sup>6</sup>*

*(não grifado no original)*

É de rigor, portanto, concluir que a Recorrente faz jus ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário 2005, no valor de R\$ 1.654.419,11 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e dezenove reais e onze centavos), conforme informado em sua DIPJ 2006 (doc. 04), em decorrência da retenção na fonte desse tributo sobre as receitas financeiras absorvidas pelas despesas pré-operacionais na conta do Ativo Diferido.

Assim, mostra-se necessário o conhecimento e o acolhimento do presente Recurso Voluntário por este E. CARF, para, reformando o Despacho Decisório, reconhecer integralmente o saldo negativo de IRPJ do ano calendário 2005 e, por conseguinte, homologar a(s) compensação(ões) declaradas no PER/DCOMP nº 22346.82389.130808.1.7.02-1582.

#### *DO PEDIDO*

Diante do exposto, a Recorrente, respeitosamente, requer a V. Sas. o conhecimento e o PROVIMENTO do presente Recurso Voluntário para, reformando o r. Despacho Decisório ora recorrido, reconhecer integralmente o direito creditório e, por conseguinte, homologar a PER/DCOMP nº 22346.82389.130808.1.7.02-1582.

É o relatório.

#### **Voto**

Tratando-se de julgamento submetido à sistemática de recursos repetitivos na forma do Regimento Interno deste Conselho, reproduz-se o voto condutor consignado na resolução paradigma como razões de decidir. Deixa-se de transcrever a parte vencida do voto do

Fl. 8 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10925.901602/2010-98

relator, que pode ser consultada na resolução paradigma e deverá ser considerada, para todos os fins regimentais, inclusive de pré-questionamento, como parte integrante desta decisão, transcrevendo-se o entendimento majoritário da turma, expresso no voto vencedor do redator designado.

Quanto à tempestividade e aos pressupostos de admissibilidade, transcreve-se o entendimento majoritário da turma, expresso no voto do relator da resolução paradigma:

O Recurso Voluntário é tempestivo e preenche os demais pressupostos de admissibilidade, portanto dele conheço.

Quanto à conversão do recurso em diligência, transcreve-se o entendimento majoritário da turma, expresso no voto vencedor do redator designado da resolução paradigma:

O voto do Relator foi muito bem conduzido, refletindo o adequado conhecimento da matéria, tendo, entretanto, por uma questão probatória, decidido por não conhecer do direito creditório da Recorrente a título de Saldo Negativo de IRPJ do ano-calendário de 2004.

Esta Turma Ordinária, por maioria de seus membros, resolveu converter o julgamento do processo em diligências, por entender que há fortes indícios da existência do alegado direito creditório.

De se mostrar.

Como justificativa ao indeferimento do PER/DCOMP, percebe-se que a unidade de origem não considerou os valores retidos, de imposto de renda na fonte sobre aplicações financeiras, apontando como justificativa por causa da “Receita correspondente não oferecida à tributação.”

Em sua **Manifestação de Inconformidade**, a Interessada apresentou uma DIPJ retificadora, pois verificou que não havia preenchido corretamente a ficha 23 – Demonstrativo do Imposto de renda Retido na Fonte, tendo apresentado os informes de rendimentos enviados pelas instituições financeiras, entendendo, de certo, que tais procedimentos seriam suficientes à comprovação do referido crédito sinalizado no PERDCOMP.

A decisão recorrida verificou que “...a DIPJ retificadora não registra oferecimento à tributação de nenhuma receita financeira”, tendo concluído pela improcedência da Manifestação de Inconformidade:

Portanto, se a manifestante não ofereceu à tributação as receitas recebidas pelas fontes pagadoras, não poderia esperar que as retenções realizadas compusessem o saldo negativo apontado no PER/Dcomp.

Somente em seu Recurso Voluntário dirigido a este Colegiado, é que se revela a notícia de que a Recorrente, no ano calendário de 2004, estaria em **fase pré-operacional**, tendo iniciado efetivamente suas operações apenas em 03 de fevereiro de 2007, daí que suas receitas financeiras auferidas em 2004 não foram oferecidas à tributação no ano de 2004, em função de que foram apuradas em período pré-operacional, devendo as mesmas serem contabilizadas junto das despesas em conta de ativo diferido, *em obediência à legislação de regência*.

Fl. 9 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo n.º 10925.901602/2010-98

E, uma vez que as receitas financeiras, pertinentes às retenções de imposto de renda, foram absorvidas pelas despesas pré-operacionais, tais impostos retidos comporiam o saldo negativo de IRPJ do ano de 2004.

O Relator, adequadamente, reconhece tal possibilidade em seu voto:

Entendo que pode-se admitir o registro no ativo diferido do saldo líquido das aplicações financeiras (despesas – receitas), e conseqüentemente utilizar o IRRF saldo credor a ser utilizado em compensações dos tributos. No entanto, não encontrei documentos que comprovem esse registro detalhadamente. Para comprovar o direito creditório, há necessariamente que se registrar as receitas correspondentes em conta específica (de ativo diferido, redutora das despesas financeiras), para se demonstrar quais receitas foram consideradas de modo a justificar o respectivo IRRF incidente sobre e sobre elas.

Há nos autos os apenas os comprovantes de retenção.

Para provar que estava na fase pré-operacional, a recorrente apresentou diversos documentos. Há o Parecer dos Auditores Independentes em relação ao período do crédito pleiteado.

As Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 informa:

Atualmente a companhia está em fase pré-operacional e, por essa razão, não existe demonstração do resultado, já que todas as despesas e custos estão sendo incorporados ao custo da obra ou diferidos.

No entanto, não encontramos os registros contábeis que demonstrem de forma clara e objetiva o lançamento das referidas receitas no ativo diferido.

Entendemos a possibilidade de se reconhecer o crédito, mas é preciso ter a certeza e liquidez do valor que está sendo pleiteado.

Frise-se ser ônus da Recorrente produzir o conjunto probatório nos autos de suas alegações, já que o procedimento de apuração do direito creditório não prescinde comprovação inequívoca da liquidez e da certeza do valor de direito creditório pleiteado.

Assim, propõe-se a seguinte **diligência** para a unidade de origem, no sentido de que:

- se verifique o registro contábil das receitas financeiras pertinentes às retenções já confirmadas nos autos, em conta específica de ativo diferido, e se foram totalmente absorvidas pelas despesas pré-operacionais, também registradas nesta conta, de modo a justificar o crédito sinalizado no PER/DCOMP e,

- caso positivo, informar se o Saldo Negativo de IRPJ do ano calendário de **2004**, então assim apurado, se encontra disponível para a compensação pleiteada no PER/DCOMP.

Após, intimar a Interessada, concedendo-lhe prazo razoável para, em querendo, apresentar seus aditamentos.

Fl. 10 da Resolução n.º 1401-000.936 - 1ª Sejul/4ª Câmara/1ª Turma Ordinária  
Processo nº 10925.901602/2010-98

### **Conclusão**

Importa registrar que, nos autos em exame, a situação fática e jurídica encontra correspondência com a verificada na decisão paradigma, de sorte que as razões de decidir nela consignadas são aqui adotadas, não obstante os dados específicos do processo paradigma eventualmente citados neste voto.

Dessa forma, em razão da sistemática prevista nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 47 do Anexo II do RICARF, reproduz-se o decidido na resolução paradigma, no sentido de converter o julgamento em diligência.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Augusto de Souza Gonçalves – Presidente Redator